



ENTENDIMENTO Os senadores consideram positivo o texto que será promulgado, por restituir aos servidores públicos vários direitos eliminados pela reforma da Previdência em 2003

SENADO APROVA PEC PARALELA

Paridade salarial para futuros aposentados, eliminada pela reforma da Previdência em 2003, é uma das partes da proposta que devem ser promulgadas imediatamente. Outros pontos voltam à Câmara

Acordo de lideranças partidárias permitiu ontem a aprovação da PEC Paralela, a proposta de emenda constitucional que ameniza os efeitos da reforma previdenciária de 2003. A volta da paridade salarial para futuros aposentados, eliminada há dois anos, é um dos pontos principais do texto a ser promulgado pelas Mesas do Senado e da Câmara. Os senadores não aceitaram algumas mudanças feitas pelos deputados no artigo que institui subtetos salariais pagos pelos governos estaduais e pelas prefeituras municipais. Essa parte retorna à Câmara, para novo exame.

Páginas 3 e 4



Roberto Jefferson dá detalhes do pagamento do "mensalão"

ATAQUE Roberto Jefferson depõe na CPI dos Correios e volta a acusar a cúpula do PT

"Ninguém vai me botar de joelhos nem de rabo entre as pernas." Foi nesse tom desafiador que o deputado Roberto Jefferson iniciou seu depoimento à CPI dos Correios. Ele afirmou que os registros da portaria do Brasília Shopping devem conter os nomes de assessores de deputados beneficiados pelo "mensalão". Segundo disse, era da conta do publicitário Marcos Valério, no Banco Rural, cuja agência está localizada no 9º andar daquele prédio, que saía o dinheiro da mesada.

Páginas 5 e 6

Paim quer aprovação do Estatuto da Igualdade

Página 7

Comissão de Orçamento marca para terça-feira a votação da LDO

Segundo Mestrinho, o acordo é para votar proposta desde que esteja garantido o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito

Página 7

Serys: agressão doméstica perpetua a violência

Página 8



COMPARAÇÃO "Eu prefiro tratores em vez de tanques do Exército na Esplanada", afirma Sibá

Sibá destaca dificuldades dos produtores rurais

Sibá Machado (PT-AC) afirmou ontem que a manifestação dos produtores rurais na Esplanada dos Ministérios é justa e que seus integrantes devem ser tratados com respeito.

– Eu prefiro 5 mil tratores na Esplanada em vez de tanques do Exército, como ocorreu durante a votação da Emenda Dante de Oliveira, para eleição direta para a Presidência da República. Qualquer movimento social que vier a Brasília tem que ser visto com respeito.

Sibá destacou que o setor rural é importante para o Brasil, não apenas por se constituir em área estratégica, mas também pelo grande número de empregos que gera no campo. Além disso, o setor, segundo o senador, está passando por momentos difíceis devido ao excesso de chuvas em algumas regiões e à seca em outras. Ele lembrou que esses problemas têm causado a quebra de safra nas lavouras, dificultando o cumprimento dos contratos de financiamento e empréstimo.

Para o senador petista, o governo já avançou bastante nas negociações com os agricultores, mas é preciso encontrar uma saída definitiva para a crise do setor.

Lobão alerta para riscos à produção agrícola

■ Senador vê possibilidade de desorganização da produção rural por até cinco anos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou para a possibilidade de haver uma queda de produtividade agrícola, suficiente, em sua opinião, para desorganizar a produção por até cinco anos.

– É preciso lembrar a fundamental importância da agropecuária, um setor que emprega 37% dos trabalhadores brasi-



IMPORTÂNCIA Edison Lobão diz que agropecuária é responsável por 33% da renda nacional

leiros, responde por mais de 40% do total das exportações e é responsável por 33% da renda nacional – observou.

Uma das reivindicações dos que participaram do "Tratoração" em Brasília é a urgente adoção de um seguro rural que atenda à realidade da agricultura, porque o que existe, previsto na Lei 10.823/03, segundo Lobão, não atende às necessidades. Ele informou que se encontra parado na Comissão de Agricultura da Câmara projeto de sua autoria (PLS-Complementar 338/99), aprovado no Senado em outubro de 2000, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural. E garantiu que esse seguro, conforme especialistas, representa o instrumento que falta para dar segurança ao setor.



COMPROMISSO Aloizio Mercadante informa que pontos acordados com produtores estão mantidos

Apoio às negociações com agricultores

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse ontem que ele, Aloizio Mercadante (PT-SP) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) estiveram com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Os senadores buscaram levar o apoio do Senado Federal às negociações com os produtores rurais. Virgílio lamentou o fato de o governo federal estar emperrando a negociação das reivindicações dos agricultores brasileiros. Ele afirmou que o governo deixou o setor agrícola brasileiro em uma situação crítica e pediu que o Executivo retome as negociações e "não prometa em vão".

O líder do governo, Aloizio Mercadante, informou que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, garantiu que os pontos acordados com os produtores estão mantidos. Segundo Mercadante, o presidente Lula solicitou que ele, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e Roberto Rodrigues participassem juntos das conversas. Entretanto, os intensos trabalhos no Congresso o impediram de participar. O senador assegurou que ainda ontem iria ao ministério para dialogar com os agricultores.

Condições

A assessoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que os pontos acordados entre produtores e governo incluem a liberação de R\$ 1 bilhão (R\$ 400 milhões imediatos e R\$ 600 milhões até setembro) para apoiar a comercialização das safras de arroz, milho e algodão; a geração de uma linha de crédito pelo BNDES, no valor de R\$ 3 bilhões, para o refinanciamento das dívidas dos produtores, de todo o país, com fornecedores privados; empenho do governo para a implantação do seguro rural e para a criação de um "fundo de catástrofes" e a formação de um grupo de trabalho para aprofundar os estudos sobre a crise da agricultura.

Agenda

Licença-maternidade em adoções

As sessões de hoje e de segunda-feira começam às 9h e não têm caráter deliberativo, ou seja, não haverá votação de matérias. Na terça-feira, às 14h30, os senadores voltam

a discutir, entre outros itens, a proposta de emenda à Constituição (PEC 29/02) que beneficia com licença-maternidade as mulheres que adotarem crianças.



Fale com o Senado

Alô Senado, serviço de relacionamento da Casa com o cidadão, recebe diariamente sugestões, dú-

vidas e denúncias da população. Para participar, basta ligar 0800 61-2211 ou enviar mensagens

para alosenado@senado.gov.br. As demandas são encaminhadas aos órgãos de competência.

Diretrizes Orçamentárias

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcou para a próxima terça-feira, às 19h, reunião para discutir e votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Conforme dispõe a Constituição, sem a votação da LDO o Congresso Nacional não pode entrar em recesso. O texto da relatoria traz como novidade a inclusão do superávit anticíclico.

Panorama político em debate

O *Conexão Senado* da próxima segunda-feira vai discutir com analistas convidados as perspectivas políticas e econômicas para os próximos meses, diante do atual quadro político. O programa, que é transmitido ao vivo, permite a participação do ouvinte pelo e-mail conexao@senado.gov.br, pelo telefone (61) 3311-1261 ou pelo fax (61) 3311-2777.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Aprovada a PEC Paralela. Subtetos voltam à Câmara

■ Limites salariais para advogados, fiscais tributários e delegados serão examinados de novo pelos deputados

Um acordo partidário firmado na manhã de ontem permitiu que o Plenário aprovasse a Proposta de Emenda Constitucional Paralela da Previdência (PEC 77A/03). A proposta restituiu alguns benefícios dos aposentados do serviço público, retirados pela reforma previdenciária do governo Lula, de dezembro de 2003. A PEC Paralela recebeu essa denominação porque tramitou paralelamente à reforma da Previdência do governo. O principal benefício restituído por ela é a paridade salarial dos futuros aposentados, ou seja, reajustes idênticos aos dos funcionários da ativa.

Os senadores, no entanto, não aceitaram uma mudança feita pelos deputados quando da tramitação do texto na Câmara, no artigo que instituiu no Brasil os subtetos salariais pagos nos governos estaduais e prefeituras. Os deputados queriam mudar os delegados, advogados e fiscais tributários estaduais do subteto do Executivo para o subteto do Judiciário, geralmente mais elevado. Como os senadores não aceitaram a mudança dos deputados, a parte dos subtetos voltará a ser examinada na Câmara, sob a forma de nova proposta de



CELEBRAÇÃO O relator Tourinho (E) abraça Paim após aprovação da proposta de emenda constitucional que restituiu benefícios previdenciários a servidores

emenda constitucional.

A maior parte da PEC Paralela não foi alterada pelos senadores e, assim, será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara. Mas o relatório, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), só foi aprovado depois de muita polêmica e tentativas de vários senadores de manter delegados, fiscais e advogados no subteto do Judiciário. Na quarta-feira, um debate de quatro horas havia terminado sem votação.

Tramitação

Com a aprovação ocorrida ontem, a PEC Paralela completou exatos 18 meses desde a primeira votação, no Senado. No primeiro turno, a PEC Paralela fora aprovada por 65 votos, sem nenhum contrário. No segundo turno, ontem, teve 61 votos a favor e nenhum contra.

Ela foi idealizada em 2003 pelo então relator da reforma da Previdência, senador Tião

Viana (PT-AC). Com a garantia dos líderes governistas de que a PEC Paralela seria votada na Câmara, na época os senadores reticentes acabaram votando a favor da reforma. A matéria, no entanto, demorou 14 meses para ser votada pelos deputados.

Tourinho sustentou a posição de 22 dos 27 governadores, para quem a mudança nos subtetos iria onerar as finanças estaduais, podendo levá-los a ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, o parecer do senador foi fruto de acordo negociado com os líderes partidários.

O relatório de Rodolpho Tourinho propôs dois textos – a parte que seria promulgada e a parte que voltaria à Câmara. O relator ponderou que seu trabalho procurou restabelecer o que fora definido no acordo partidário que permitiu a aprovação da reforma da Previdência no final de 2003.

Líderes partidários comemoram o acordo

Líderes de todos os partidos aplaudiram ontem o entendimento que resultou na aprovação da parte principal da PEC Paralela, que altera a reforma previdenciária de 2003. Eles ressaltaram que o texto a ser encaminhado à promulgação representa o que há de mais importante na iniciativa.

–O texto restituiu o fundamental do acordo feito anteriormente nesta Casa. Temos compromisso com tudo que está na PEC Paralela que saiu do Senado e veio da Câmara – disse o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Segundo o líder do PFL, José Agripino (RN), o texto aprovado

contém 90% do acordo celebrado no ano passado e “melhorias” em relação à reforma da Previdência, como uma regra de transição “mais justa”. Com argumentos semelhantes, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a PEC Paralela “repara algumas injustiças”, sem impor ao governo grandes perdas.

Líder do PSOL, a senadora Heloísa Helena (AL) também elogiou a proposta aprovada. A seu ver, o texto “minimiza o ultraje feito contra trabalhadores do setor público”. O líder do PDT, Osmar Dias (PR), anunciou igualmente seu voto favorável, lamentando apenas que a Câmara tenha demorado tanto a enviar

a proposta de volta ao Senado. O senador Marcelo Crivella (RJ), líder do PL, preferiu ressaltar os “avanços” da PEC durante a tramitação na Câmara.

Os líderes do PMDB, Ney Suassuna (PB), e do PTB, Mozarildo Cavalcanti (RR), registraram o compromisso de todos os partidos com a aprovação da matéria. O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), lembrou as contribuições feitas durante a discussão da proposta por parte dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Tião Viana (PT-AC) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Essas colaborações também foram ressaltadas por José Sarney (PMDB-AP) e Ideli Salvatti (PT-SC).

O que será promulgado imediatamente

1

As contribuições sociais pagas pelas empresas poderão ter alíquotas diferenciadas conforme o porte da companhia ou de acordo com a “condição estrutural do mercado de trabalho”. A lei já permite diferenciação com base na atividade econômica ou utilização intensiva de mão-de-obra.

2

Atuais servidores públicos também receberão os mesmos reajustes dos ativos no dia em que se aposentarem (paridade). A reforma da Previdência do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia retirado o benefício. No entanto, os pensionistas desses aposentados não terão a paridade. A volta da paridade para os pensionistas consta da nova emenda constitucional preparada pelo senador Rodolpho Tourinho, que terá ainda de ser votada pela Câmara.

3

Quem chegou ao serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aproveitar um novo sistema de transição, pelo qual se diminui um ano na idade de 55/60 anos (mulher/homem) para cada ano de serviço que ultrapassar 30/35 anos. No entanto, só pode se beneficiar a pessoa que tiver no mínimo 25 anos de serviço público, sendo 15 na carreira e cinco anos no último cargo. Para os outros servidores, continuam as três exigências cumulativas para pedir aposentadoria, previstas na Constituição: idade mínima de 55/60 anos, tempo de contribuição de 30/35 anos (mulher/homem) e tempo mínimo de serviço público de 20 anos, sendo dez anos na carreira e cinco no último cargo. Novos servidores públicos só terão direito a receber de aposentadoria até o máximo permitido no INSS (R\$ 2.508,72), mas eles poderão participar de um fundo de previdência complementar, ainda não criado.

4

Portadores de deficiência poderão ter requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria no serviço público. No entanto, isso só ocorrerá após a aprovação de uma lei complementar.

5

Aposentados portadores de doenças incapacitantes que recebem até o dobro do teto pago pelo INSS (R\$ 5.017,44) terão isenção de contribuição previdenciária. Os aposentados em geral só pagam contribuição sobre o que excede o teto do INSS.

6

Lei regulamentará um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda e para as donas-de-casa. Eles poderão pagar menos e terão garantidos benefícios no valor de um salário mínimo.

O que será remetido a novo exame dos deputados

1

A nova emenda constitucional, oriunda dos itens da PEC Paralela não aceita pelo Senado, propõe novamente a criação dos subtetos salariais nos governos estaduais e nas prefeituras. Como os deputados haviam acrescentado os delegados, advogados e fiscais tributários no subteto do Judiciário, retirando-os do subteto do governador, o relator cortou esta parte e manteve o texto original da PEC Paralela, de dezembro de 2003. Por causa da modificação, todo o texto que trata de subtetos volta à Câmara. Enquanto não existirem subtetos, o teto para todo servidor público continua sendo o maior salário do serviço público: o de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 19.115. Pelo texto da nova proposta de emenda constitucional, no Executivo estadual, o subteto será o salário do governador. No Judiciário estadual, o subteto será o salário do desembargador, o qual, por sua vez, equivale a 90,25% do salário de ministro do STF. No Legislativo estadual, o subteto será o salário do deputado estadual. No município, o do prefeito. Detalhe: o salário do governador não poderá exceder o do desembargador.

2

A nova emenda determina que os pensionistas do serviço público terão a paridade, ou seja, seus vencimentos subirão toda vez que aumentar o salário do funcionalismo ou dos colegas onde trabalhava o servidor que gerou a pensão. A PEC Paralela original dos senadores tinha esse reajuste, mas ele foi eliminado pelos deputados. Agora, os senadores estão propondo à Câmara o retorno do benefício.

3

Quem se tornou aposentado ou pensionista a partir de 30 de dezembro de 2003, e é portador de doença incapacitante, também terá de pagar contribuição previdenciária de 11%, mas apenas sobre o que ultrapassar R\$ 5.017,44 (o dobro do benefício máximo pago pelo INSS). A cobrança será retroativa ao dia em que foi concedido o benefício.

Fotos: Cédio Azevedo



ESFORÇO Plenário também inicia discussão sobre aumento, para 75 anos, da idade para a aposentadoria compulsória

Senadores examinam 24 matérias em duas sessões

■ Além de aprovar a PEC Paralela, senadores conseguem apreciar todas as proposições em pauta

O Plenário apreciou ontem, além da PEC Paralela (PEC 77/03), que atenua os efeitos da reforma da Previdência, outras 24 proposições. Foram realizadas duas sessões deliberativas, uma extraordinária na parte da manhã e uma ordinária à tarde. O esforço concentrado incluiu

o início de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03), que eleva para 75 anos a idade máxima para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

A PEC 87/03, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-território de Rondônia também foi examinada em quinta e última sessão de discussão. A matéria será incluída na ordem do dia da sessão deliberativa de 5 de julho. O Plenário acolheu ainda

o projeto de lei da Câmara (PLC 73/04) que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa. Os senadores também aprovaram mensagens presidenciais com indicações de novos diplomatas, para 13 representações no exterior.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, aplaudiu o esforço dos senadores em apreciar todas as matérias prontas para deliberação e antecipou que a Casa vai trabalhar normalmente em julho caso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não seja votada pelo Congresso.

Aprovado acordo sobre utilização de energia nuclear

Entre as matérias aprovadas ontem em Plenário, está o projeto de decreto legislativo (PDC 129/05) que trata do acordo de cooperação entre os governos do Brasil e da França para utilização pacífica da energia nuclear, celebrado em outubro de 2002. O acordo visa dinamizar a pesquisa com energia nuclear nos campos da medicina, agronomia, biologia, indústria e geração de eletricidade.

Foi aprovado ainda o projeto de decreto legislativo (PDC 132/05) que ratifica o texto da convenção internacional para supressão do financiamento do terrorismo, adotada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)

em 1999 e assinada pelo Brasil em novembro de 2001. O documento complementa a rede de instrumentos já ratificados pelo Brasil para prevenção, repressão e eliminação do terrorismo internacional. Os projetos vão agora à promulgação.

Também foi acolhido requerimento oriundo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) solicitando envio de voto de aplauso ao diretor-geral da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Koichiro Matsuura, "em face do brilhante trabalho desenvolvido por aquela organização internacional no Brasil, especialmente pelo seu representante, Jorge Wertheim".

Dia Nacional da Imigração Japonesa

A data de 18 de junho passa a ser o "Dia Nacional da Imigração Japonesa". O Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 73/04) que institui a comemoração. O dia marca a chegada, em 1908, ao Porto de Santos (SP), do navio *Kasatu Maru*, trazendo os primeiros 781 imigrantes japoneses para o Brasil.

O autor da matéria, deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR), diz que a data já é símbolo do vínculo entre Brasil e Japão, por marcar "o início das relações que se estabeleceram entre os povos dos dois países, há quase um século". Gerson Camata (PMDB-ES), relator da matéria, registra que o Brasil abriga o maior contingente de japoneses e descendentes que residem fora do Japão.

Plenário acolhe nomes para representações no exterior

Em votações sucessivas, os senadores aprovaram, em Plenário, mensagens presidenciais indicando diplomatas para 13 representações do governo brasileiro no exterior. A lista de nomes inclui Sérgio França Danese para a República Argelina Democrática e Popular, e Flávio Roberto Bonzanini, para a República Democrática do Congo.

Constam ainda das aprovações o nome de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para a República do Suriname; Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, para a embaixada de Angola; e Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, para as Filipinas. Para Guiné-Bissau, foi ratificado João Batista Cruz; e para Trinidad e Tobago, Luiz Fernando Gouvêa de Athayde.

Junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), foi confirmado Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães. Clodoaldo Hugueneu Filho, por sua vez, teve indicação aprovada como delegado permanente em Genebra.

Para a Indonésia, foi ratificado Edmundo Sussumu Fujita; Maria Celina de Azevedo Rodrigues será a representante permanente junto às Comunidades Europeias; Luiz Augusto de Castro Neves exercerá funções junto à Mongólia, cumulativamente com o cargo de embaixador na República Popular da China, que já exerce; e Frederico Cezar de Araújo, junto à República do Vanuatu, em paralelo com a Comunidade da Austrália, que já exerce.



ÂNIMO Renan diz que nem medidas provisórias nem debates em torno das CPIs impediram que se votassem todas as matérias prontas para deliberação

Renan: Senado limpa a pauta apesar das dificuldades

O presidente do Senado, Renan Calheiros, agradeceu ontem aos senadores pela votação de todas as matérias que constavam da pauta, "apesar das dificuldades políticas, da temperatura elevada e das medidas provisórias".

Renan acrescentou que, caso o Congresso não vote a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os trabalhos no Senado vão continuar sem interrupção, mas não por necessidade de limpar a pauta, já que a Casa cumpriu o seu dever, votando todas as matérias que aguardavam apreciação.

Nas últimas semanas, acentuou o presidente, o Senado, mesmo enfrentando os debates intensos em torno da implantação de comissões parlamentares de inquérito, conseguiu manter em funcionamento todas as suas comissões e tam-

bém limpar a pauta, votando as matérias prontas para deliberação. Além de várias medidas provisórias e projetos de lei, o Senado apreciou dezenas de emendas constitucionais, incluindo a chamada PEC Paralela da Previdência, aprovada em sua grande parte na sessão Plenária de ontem.

Adiamento

Conforme dispõe a Constituição, o Congresso Nacional, composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, só pode entrar em recesso depois da aprovação da LDO. Em virtude da crise política que se estabeleceu em torno da criação da chamada CPI do Mensalão – se mista ou se restrita à Câmara –, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) resolveu adiar a apreciação da LDO para a próxima terça-feira, a partir das 19h.



Em dia marcado por intensas atividades, comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de corrupção nos Correios aprova quebra de sigilos de envolvidos e ouve Antônio Osório, ex-diretor de Administração da empresa

Para Virgílio, sociedade exige investigação

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que a opinião pública exige que a Câmara dos Deputados investigue as atividades do publicitário Marcos Valério, acusado de ser o principal operador do "mensalão". Segundo o parlamentar, a instalação da CPI do Mensalão na Câmara está enfrentando um processo "desmoralizante", já que os primeiros signatários do pedido de apuração das denúncias são os deputados Sandro Mabel (PL-GO) e José Janene (PP-PR), acusados pelo deputado Roberto Jefferson de envolvimento no esquema de pagamento de mesadas.

– Eles são acusados diretamente e, portanto, colocados sob suspeição nesse processo. É uma ingenuidade de alguns setores da Câmara, que imaginam ser possível controlar qualquer CPI. Se o presidente dessa comissão for o senhor Mabel e o relator o senhor Janene, ainda assim a opinião pública vai cobrar a apuração cabal de todas as denúncias ligadas a esse episódio vergonhoso que é o "mensalão".

Para o senador, por trás da fragilidade que o governo tem demonstrado, está o autoritarismo. Para exemplificar, leu matéria da revista *Imprensa* na qual o jornalista Boris Casoy, âncora da TV Record, afirma que a emissora foi pressionada pelo governo Lula a demiti-lo por conta de suas matérias.

– Boris Casoy merece ser elogiado por conseguir manter no ar um jornalismo que é exemplo de isenção e seriedade.



PRESSÃO Virgílio elogia o jornalista Boris Casoy, cuja demissão teria sido pedida pelo governo Lula



DECISÃO Integrantes da CPI dos Correios aprovam por unanimidade requerimentos relativos a diversos envolvidos

CPI quebra sigilo das empresas de Valério

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios decidiu ontem quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Maurício Marinho, ex-chefe de departamento da estatal, acusado de receber propina. Foram quebrados também os sigilos de empresas e pessoas ligadas ao publicitário Marcos Valério de Souza, apontado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como o "homem da mala" do "mensalão".

A comissão aprovou requeri-

mento de autoria de vários parlamentares, abrindo o sigilo das empresas SMP&B Comunicação, DNA Propaganda, Grafite, Estratégia Marketing e Multiaction, todas pertencentes a Marcos Valério. O requerimento refere-se a dados dos últimos cinco anos. Os parlamentares terão acesso também a informações bancárias, telefônicas e fiscais da mulher de Marcos Valério, Renilda Fernandes de Souza, e da ex-secretária do publicitário, Fernanda Karina

Sommaggio.

Os parlamentares aprovaram ainda a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do sócio de Arthur Wascheck, Antonio Velasco. O empresário Arthur Wascheck confessou na comissão parlamentar de inquérito ter sido o mandante da gravação da fita que denunciou o recebimento de suposta propina por Marinho. Os requerimentos foram todos aprovados com rapidez e por unanimidade.

Garibaldi é relator da CPI dos Bingos

A comissão parlamentar de inquérito que investigará o envolvimento dos bingos com a lavagem de dinheiro do crime organizado decidiu ontem começar seus trabalhos analisando a documentação já coletada em outros inquéritos referentes aos bingos e ao ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. Foi indicado relator dos trabalhos o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN).

– As diferenças entre os partidos não podem comprometer o trabalho da CPI, pois esse é o maior instrumento de fiscalização do Poder Legislativo – declarou Garibaldi, assegurando que todas as pessoas que tiverem envolvimento com as investigações serão convocadas a depor, inclusive, se for o caso, o ex-ministro José Dirceu.



ADVERTÊNCIAS Segundo Garibaldi, "diferenças entre os partidos não podem comprometer os trabalhos"

O empresário do ramo de jogos Carlinhos Cachoeira deve ser um dos primeiros depoentes convocados. Fitas gravadas mostrariam o empresário sendo extorquido pelo ex-deputado André Luiz e negociando propina com Waldomiro Diniz.

Os senadores da CPI dos

Bingos aprovaram ofício solicitando à Câmara dos Deputados cópia do processo que resultou na cassação de André Luiz. Também foi aprovado ofício à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro solicitando cópia do relatório final da CPI da Loterj e os depoimentos prestados àquela comissão, que apurou as denúncias de corrupção durante a gestão de Waldomiro Diniz como presidente da Loteria do Estado do Rio. Foram ainda pedidas cópias dos inquéritos sobre Waldomiro Diniz à Polícia Federal e ao Ministério Público do Rio de Janeiro.

A CPI deve voltar a se reunir na terça-feira. De acordo com o presidente da comissão, Efraim Morais (PFL-PB), se houver recesso, os trabalhos devem continuar em agosto.

Ex-diretor da ECT descarta fraude em licitações

O ex-diretor de Administração dos Correios Antônio Osório Menezes Batista confirmou ontem aos membros da CPI dos Correios ter sido indicado para o cargo pelo PTB. Segundo Osório, quem fez a indicação foi o falecido deputado José Carlos Martinez, então presidente do partido. O ex-diretor garantiu ter sido o "único indicado pelo PTB para os Correios" e afirmou que, se há falhas no processo de licitação da estatal, elas estariam no setor de pesquisa de preços.

Antônio Osório disse achar "difícil" haver fraudes nos processos de licitação dos Correios e destacou que a empresa usa o sistema de pregão eletrônico, mais seguro. Na opinião do ex-diretor, se houver alguma falha no processo, seria na "pesquisa de preços". O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), estranhou que os preços de referência das licitações muitas vezes pareciam "inchados" – acima dos valores praticados pelo mercado.

Relator vê imprecisões

O relator Osmar Serraglio apontou imprecisões nas declarações de Antonio Osório, se confrontadas com outros depoimentos, especialmente no que se refere à data e local onde o ex-diretor teria assistido pela primeira vez à gravação em que o ex-chefe de departamento dos Correios Maurício Marinho foi flagrado supostamente recebendo propina.

Sobre as licitações, onde supostamente haveria fraudes, Osmar Serraglio estranhou que os Correios não tenham um cadastro de fornecedores. Isso não permite, por exemplo, que a empresa evite fornecedores que vençam as licitações, mas não entreguem as mercadorias.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu que sejam apresentadas à comissão todas as atas de reuniões de diretoria dos Correios e afirmou que existem "indícios relevantes de crimes contra a administração pública".



Roberto Jefferson sugere investigação das contas do publicitário Marcos Valério, defende a reforma política e contradiz empresário que assumiu ser o mandante de gravação do pagamento de propina

Requerimento da CPI do Mensalão será lido na terça

Após reunião com os líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que convocará sessão do Congresso Nacional para a próxima terça-feira, às 20h, quando fará a leitura do requerimento de criação da CPI mista para investigar a denúncia de pagamento, por dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT), a deputados do PL e do PP, em troca de apoio ao governo. Renan não soube dizer o que poderia acontecer no caso de a Câmara aprovar a sua própria CPI do Mensalão antes da leitura do requerimento da CPI mista.

Renan informou que os líderes ainda vão conversar com o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, para que ele se comprometa a encerrar ou suspender a sessão daquela Casa às 20h, possibilitando a abertura da sessão do Congresso. O presidente do Senado observou que a sessão da Câmara na próxima terça-feira não deve passar do horário de convocação da sessão do Congresso. Renan explicou que a sessão da Câmara pode ser suspensa e retomada logo depois e que não permitirá a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sem que tenham sido votadas matérias de interesse do Brasil. Segundo ele, o Congresso não irá votar a LDO antes de votar "o referendo do desarmamento, CPI e tudo o mais".

– Pedi ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Carlos Velloso, que aguardasse mais uns quatro ou cinco dias para que nós pudéssemos votar o projeto de decreto legislativo que regulamenta o referendo, porque não votando a LDO não haverá recesso. Ele disse que há uma dificuldade porque, a partir de amanhã (*hoje*), começa o recesso do Judiciário, mas ele vai ver como contornar isso – acrescentou.

Renan lembrou que já existe decisão dele para que, havendo recesso, seja garantido o pleno funcionamento das CPIs.

Jefferson: "mensalão" saía de agência em Brasília

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) afirmou ontem, na CPI dos Correios, que os registros da portaria do Edifício Brasília Shopping devem conter os nomes de assessores de deputados beneficiados pelo "mensalão". Segundo disse, era da conta do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza no Banco Rural, cuja agência está localizada no 9º andar daquele prédio, que saía o dinheiro da mesada, que, afirma, era paga pela direção do PT em troca de votos favoráveis ao governo.

Roberto Jefferson ressaltou que seria oportuno que se investigasse a movimentação das contas de Marcos Valério e de suas empresas no Banco do Brasil. Ele estimou que 60% dos R\$ 4 milhões que teria recebido do PT estavam marcados com as etiquetas desse banco.

– O carequinha [Marcos Valério] deixou de fora o rabo, o que o PC [Paulo César Farias, tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor] não fez no passado – frisou.

O deputado também contradisse o empresário Arthur Wascheck Neto – que assumiu ser o mandante da gravação – e acusou a Agência Brasileira de



ACUSAÇÃO Roberto Jefferson (à direita, ao lado de Delcídio Amaral e Osmar Serraglio) diz que Marcos Valério deixou pistas, ao contrário de PC Farias

Inteligência (Abin) de estar por trás das gravações que flagraram Maurício Marinho, ex-chefe de departamento dos Correios, recebendo propina de R\$ 3 mil.

Roberto Jefferson assegurou que a Abin infiltrou agentes nos Correios para investigar irregularidades licitatórias e em contratos, mas que a "súcia de asseclas" de Arnaldo Molina (um dos envolvidos com a gravação, ouvido esta semana pela CPI) só conseguiu filmar Maurício Marinho, "um petequieiro", e que foi incapaz de dizer "ao governo, à Casa Civil", que Marcos Valério retirava R\$ 1 milhão

por dia no Banco Rural.

Roberto Jefferson também defendeu a reforma política com cláusula de barreira de 5% e o financiamento privado de campanha, em detrimento do público, como está previsto no projeto que tramita no Congresso. Sugeriu a redução no número de deputados e senadores e lembrou que, para se eleger, um deputado gasta em média R\$ 1,5 milhão, com média de prestação de contas de R\$ 100 mil. Com a eleição para senador, o gasto subiria para R\$ 3 milhões e a prestação não passaria de R\$ 250 mil.

Os principais pontos do depoimento

No debate com deputados e senadores, Roberto Jefferson reafirmou suas denúncias sobre o "mensalão" – suposto pagamento mensal, de R\$ 30 mil, que seria feito por dirigentes do PT a deputados federais do PL e do PP em troca de apoio ao governo – e sobre desvio de verbas na estatal Furnas Centrais Elétricas, veiculada em entrevista dele na edição de ontem da *Folha de S. Paulo*.

Confira a seguir os principais assuntos debatidos com os membros da CPI.

"Mensalão" – "Desconfie de quem diz que nunca ouviu falar em 'mensalão': ou se omite por ter medo ou por ter recebido". Roberto Jefferson voltou a afir-

mar que o esquema é chefiado pela cúpula do PT, em especial pelo deputado José Dirceu, pelo presidente do PT, José Genoino, pelo tesoureiro Delúbio Soares, e pelo secretário-geral, Silvio Pereira.

Corrupção nos Correios – O deputado sustentou que foi vítima de um complô montado pela Abin. "Depois que falei com Lula sobre o 'mensalão', caí em desgraça. Eu e o PTB fomos considerados responsáveis por uma corrupção que não praticamos". Roberto Jefferson disse não conhecer Maurício Marinho, flagrado em gravação de vídeo embolsando R\$ 3 mil, mas admitiu ter indicado Antônio Osório para a Dire-

toria de Administração dos Correios. Ele voltou a levantar suspeitas sobre os contratos dos Correios com a Novadata e com a Skymaster e sugeriu à CPI que investigue o Correio Aéreo Noturno.

Furnas – Segundo Roberto Jefferson, há um esquema de desvio de dinheiro a partir de Furnas Centrais Elétricas. O diretor de engenharia, Dimas Toledo, lhe teria contado que "sobram" R\$ 3 milhões por mês na empresa. Desse total, R\$ 1 milhão iria para as mãos de Delúbio Soares. Outro milhão, para o PT de Minas Gerais, e o restante seria dividido entre a diretoria de Furnas e um grupo de parlamentares.



MUDANÇA José Jorge anuncia projeto que redefinirá relações entre empresas e agências de publicidade

José Jorge quer que estatais gastem menos

O senador José Jorge (PFL-PE) ocupou a tribuna ontem para comunicar que está elaborando um projeto de lei, a ser apresentado em agosto próximo, redefinindo as relações entre as empresas estatais e as agências de publicidade e propaganda. O motivo, conforme informou, é adequar as estatais à qualidade do mercado, permitindo que as melhores agências que atuam no país também prestem serviços a empresas como os Correios e a Petrobras.

José Jorge observou que a idéia surgiu depois de constatar os altos valores gastos pelas empresas estatais com publicidade e propaganda.



DEFESA Ana Júlia critica reportagem publicada no *Estado* sobre gastos de verbas publicitárias

Ana Júlia rebate acusações contra Patrus Ananias

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) criticou ontem matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* do último dia 23 na qual o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, foi acusado de utilizar verbas destinadas à publicidade para suprir caixa dois.

A senadora disse que as verbas publicitárias – cerca de R\$ 9 milhões – estavam previstas no Orçamento e foram aplicadas de acordo com as rubricas previstas na Lei Orçamentária. Ela afirmou que houve prestação de contas sobre os gastos e que a documentação está à disposição para auditoria.

Crise boliviana prejudica Brasil, adverte Maciel



ENERGIA Marco Maciel afirma que o Brasil necessita diminuir a dependência do gás boliviano

Em discurso ontem no Plenário, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que, além da crise política interna, o governo brasileiro deve preocupar-se e tomar atitude em relação à crise institucional na Bolívia. Segundo o senador, a crise da Bolívia provocará um prejuízo mensal à Petrobras da ordem de 1% do seu faturamento. Esse aumento de despesas produzirá, afirmou ele, um efeito inflacionário na economia brasileira.

– Dos 40 milhões de metros cúbicos de gás que o Brasil consome por dia, 24 milhões são importados da Bolívia – declarou.

Qualquer programa de substituição de importação do gás boliviano demorará, como informou o senador, de três a quatro anos para entrar em operação. Por isso, em sua opinião, para evitar um “apagão”, o Brasil terá que tomar medidas urgentes a fim de rever sua matriz energética. Marco Maciel chamou a atenção para o papel do Nordeste brasileiro na questão e assinalou que a região deve procurar alter-

nativas energéticas, entre elas as energias nuclear e eólica.

– As restrições energéticas decorrentes dessa crise do gás boliviano podem ser prejudiciais ao crescimento da economia do Nordeste, já que não temos mais possibilidade de aproveitamento hidroelétrico porque todas as barragens possíveis de serem construídas no rio São Francisco já o foram – declarou.

O senador destacou ainda que, apesar da consolidação da democracia no Brasil, onde as instituições têm raízes profundas, a fragilidade dos países vizinhos afeta o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro. Ele citou o grande número de bolivianos que vivem no Brasil ilegalmente como uma consequência da crise na Bolívia.

Paim pede aprovação rápida do Estatuto da Igualdade Racial

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse, durante audiência pública da Subcomissão da Igualdade Racial realizada ontem, que está trabalhando para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado a tempo de ser promulgado pelo presidente da República até 20 de novembro, data de morte do quilombola Zumbi. Para isso, Paim afirmou que pedirá ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que o estatuto seja colocado em votação o mais rapidamente possível.

O presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Castro, ressaltou que esta é a primeira vez que o Estado incorpora a igualdade racial

em sua pauta de questões sociais fundamentais desde a Abolição da Escravatura. No entanto, segundo ele, existe uma ação coordenada e sistemática contra políticas que beneficiam os negros, como o sistema de cotas nas universidades públicas.

– O estatuto é a nossa carta de alforria pois, com a Abolição da Escravatura, não foram concedidos aos negros os direitos de cidadania. O Brasil não pode caminhar em direção à democracia se não resolver as desigualdades resultantes do racismo. É uma das prioridades do governo brasileiro juntamente com o combate a outras desigualdades – disse Ubiratan.

LDO deve ser votada na próxima terça-feira

■ Adiamento ocorreu porque oposição condicionou o exame da lei à criação de CPI

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deveria ter ocorrido nesta semana, foi adiada novamente, desta vez para a próxima terça-feira. Com isso, o recesso de julho fica suspenso até que a lei seja aprovada no Congresso. A razão do adiamento foi a indefinição quanto à criação da Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão. A oposição condiciona a votação da LDO ao funcionamento dessa comissão.

Para ser apreciada no Congresso, a lei precisa antes ser aprovada na Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida por Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Foi a reunião da CMO que passou para terça-feira.

Mecanismo anticíclico

O “mecanismo de ajuste anticíclico”, acrescentado à LDO por meio de substitutivo, levou o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, a pedir esclarecimentos ao relator do projeto, deputado

Gilmar Machado (PT-MG).

O mecanismo possibilita ao governo aumentar ou diminuir em 0,25 ponto percentual a meta de 2006 para o superávit primário (receitas menos despesas do governo, excluindo as despesas com juros). Como a meta é de 4,25% do PIB, esse instrumento permite aumentá-la para 4,5% caso a economia cresça mais que o esperado (o que representa um aumento do esforço fiscal) ou, se a economia crescer menos que o previsto, torna-se possível reduzir a meta para 4% (ou seja, uma redução do esforço fiscal).



EXPLICAÇÃO Meirelles, presidente do BC (E), falou sobre a política monetária na CMO, presidida por Mestrinho (C)

Presidente do BC é inquirido sobre juros

As altas taxas de juros foram um dos principais temas da audiência pública com o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, ocorrida ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Henrique Meirelles foi questionado sobre as despesas com juros, que não são contabilizadas no superávit fiscal primário e, além disso, não estariam sob qualquer forma de restrição – ao contrário do que ocorre com outras despesas governamentais.

O presidente do BC reconheceu que o atual patamar dos

juros provoca “efeitos colaterais brutais” sobre a dívida pública, mas ressaltou que esse expediente “é o mais eficaz”.

– A inflação já foi combatida de diversas formas, e nós fracassamos muitas vezes. A experiência nos mostra que o uso das taxas de juros, conjuntamente com a disciplina fiscal, funciona. Não podemos adotar medidas artificiais que trariam alívio momentâneo, mas que posteriormente levariam a um desastre – argumentou.

Meirelles declarou que, apesar de altos, “os juros vêm caindo progressivamente nos últimos anos”. Ele disse que as taxas

médias caíram pela metade na comparação entre os períodos de 1994/1999 e 1999/2004.

Segundo Meirelles, a economia do país poderá ter desempenho melhor do que no ano passado, e destacou que a queda da inflação que vem sendo verificada pode contribuir para isso. De acordo com o BC, o produto interno bruto cresceu 4,9% no ano passado.

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), as políticas monetária e de crédito do Banco Central são contraditórias. A primeira é contracionista, visando conter a demanda e a inflação, enquanto a outra é expansionista.

Crivella critica proposta para diminuir o déficit nominal

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) – foto – criticou a proposta que o deputado Delfim Netto (PP-SP) vem defendendo perante políticos e empresários de diminuição do déficit nominal para zero. Segundo Crivella, por essa proposta, deverá haver

aumento do superávit, o que prejudicaria os trabalhadores.

– Vivemos uma conspiração e quero denunciá-la. Essa proposta do Delfim de aumento do superávit vai sair do salário dos trabalhadores – alertou.

O senador lembrou ainda

que há nos Estados Unidos 20 mil brasileiros presos, que foram para aquele país em busca de emprego. A emigração é mostrada na televisão como a única esperança dos brasileiros para uma vida melhor, disse o senador, em referência à novela

América, da Rede Globo.

– Este país continua o mesmo desde a Colônia; os instrumentos da elite são os mesmos. A emigração serve para as elites exportarem pobres e tirarem do país quem deveria usufruir das riquezas – observou.



Tião Viana homenageia indicada ao Nobel da Paz

■ A militante acreana Concita Maia faz parte de um grupo de mil mulheres que concorrem ao prêmio deste ano

O senador Tião Viana (PT-AC) homenageou ontem, em discurso no Plenário, a militante acreana Maria da Conceição Maia de Oliveira, que faz parte do grupo de mil mulheres indicadas para o Prêmio Nobel da Paz 2005. Concita Maia, como é conhecida a pedagoga acreana, é uma das 31 brasileiras do grupo.

Nascida em Rio Branco, Concita Maia é formada em Pedagogia e tem mestrado em Educação pela Universidade



DESTAQUE Tião Viana lê biografia da fundadora do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

Federal do Rio de Janeiro. Ela desenvolve, segundo o senador, um importante trabalho em defesa das mulheres trabalhadoras no Norte do país e, particularmente, no Acre.

Interlegis debate violência contra a mulher

Na abertura de videoconferência realizada ontem pelo Interlegis para discutir a questão do assédio moral no ambiente de trabalho, a presidente da comissão temporária do Ano da Mulher Latino-Americana 2005, senadora Serys Slhessa-renko (PT-MT), afirmou que a violência contra a mulher também tem a ver com a humilhação e a imposição da submissão. Segundo a senadora, a mulher é vítima de várias formas de discriminação e as atitudes violentas não se limitam à agressão física.

– A violência que ocorre no meio doméstico é uma atitude difusora e construtora da violência permanente. A partir do momento em que as crianças e os jovens vêem as mulheres da família serem tratadas de forma diferenciada pelos companheiros homens, a prática se perpetua e eles continuarão agindo da mesma forma com suas companheiras no futuro – ressaltou.

Serys repudiou qualquer forma de violência contra a mulher e lembrou que as mulheres representam 52% da população e “são mães dos outros 48%”. A senadora destacou que o debate sobre o assédio moral no trabalho poderá aprimorar a legislação atual. Ela disse que as soluções adotadas pela Justiça brasileira poderão ser



VÍTIMAS Serys diz que as mulheres representam 52% da população e “são mães dos outros 48%”

compartilhadas pelo Legislativo dos demais países latino-americanos.

Promovida pela comissão e transmitida simultaneamente para dez assembléias legislativas, a videoconferência foi aberta pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e contou com a participação de juristas e profissionais da área de saúde. Para Agaciel, o assédio moral é resultante da falta de formação profissional de quem não possui a qualificação necessária para exercer funções de chefia.

– O problema nasce quando as pessoas não estão preparadas para exercer o cargo. Quem pratica assédio moral se esconde atrás da falta de conhecimento ou acha que pode se impor no grito ou com agressões. Quem é chefe se impõe pelo conhecimento e pela

Tião Viana informou que Concita Maia é fundadora e coordenadora do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama) e uma das responsáveis pela criação do Movimento das Mulheres do Acre (MMA) e da Rede Acreana de Mulheres e Homens.

Em 2001, Concita Maia integrou a delegação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e outras formas correlatas de intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na África do Sul. Ela também participou de outras conferências promovidas pela ONU, como a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo (África do Sul).

liderança – afirmou.

Segundo a professora de Direito Penal das Faculdades Integradas de Guarulhos (SP) Maria Elizabeth Queijo, há vários comportamentos que podem ser configurados como práticas de assédio moral – a exemplo dos crimes de injúria, difamação, constrangimento ilegal e ameaça.

Segundo ela, atualmente há três projetos de lei em discussão na Câmara dos Deputados que procuram tipificar o crime de assédio moral. As proposições tramitam apensadas ao PL 4.742/01, de autoria do deputado Marcos de Jesus (PL-PE), mas ferem o princípio jurisdicional da legalidade por conter expressões vagas e indeterminadas, explicou a professora.

Para o professor e juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília, Brasilino Ramos, o assédio moral afronta os preceitos constitucionais que dignificam os valores sociais do trabalho.

– O assédio moral atinge profundamente a dignidade do trabalhador. Mas a Justiça vem atuando de maneira firme para combater esse tipo de ocorrência. E de maneira cautelosa para evitar a formação de uma indústria de indenizações descabidas – afirmou Brasilino Ramos.



DEBATE Subcomissão aprova dez requerimentos para a realização de audiências públicas, já programadas para o segundo semestre deste ano

Aprovada audiência pública sobre Lei de Biossegurança

Na última reunião do semestre, realizada ontem, a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia aprovou dez requerimentos para a realização de audiências públicas, entre eles o de autoria dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) destinado a aprofundar os debates em torno da recém-aprovada Lei de Biossegurança e a avaliar os resultados iniciais da implementação da norma sobre organismos geneticamente modificados.

O presidente da subcomis-

são – que funciona no âmbito da Comissão de Educação –, senador Flávio Arns (PT-PR), informou que a aprovação dos requerimentos tem por meta programar os trabalhos do colegiado para o segundo semestre legislativo de 2005, que terá início no dia 1º de agosto.

Projetos relacionados ao genoma; implantação da TV digital; programa para o desenvolvimento da indústria de *software* e pesquisas sobre biomassa e semicondutores são assuntos que serão tratados pela subcomissão.



ATENDIMENTO Alexandre Annenberg (E), Arnaldo Niskier (C) e Daniel Herz debatem as metas de qualidade para as empresas de TV por assinatura

Conselho aceita projeto para democratizar TV a cabo

O Conselho de Comunicação Social (CCS) aprovou ontem, com emendas, o Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa por Assinatura, elaborado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Esse plano fixa metas de qualidade a serem alcançadas pelas empresas de TV a cabo.

As principais normas aprovadas são a delimitação do prazo máximo de 24 horas para que as empresas de TV por assinatura deixem de cobrar por seus serviços quando o consumidor solicitar o cancelamento. Além disso, o tempo máximo de espera no atendimento telefônico deve ser de um minuto. O

representante das TVs por assinatura, Alexandre Annenberg, garantiu que as empresas estão preparadas para as mudanças. Para Daniel Herz, relator do plano no CCS, o atendimento deve melhorar muito.

O superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Ara Apkar Minassian, explicou que alguns locais não recebem sequer os sinais das TVs abertas. Os moradores utilizam uma rede de cabos fornecida pelos chamados “antenistas”, que captam os sinais e os distribuem mediante assinatura. Com o plano, os antenistas poderão formar parcerias com as TVs a cabo para retransmitir sua programação em áreas carentes.